

## **Significados da Pragmática Linguística na Formação de Leitores**

**Ireno Antônio Berticelli<sup>1</sup>**  
**Daniela Paula Schiavini<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó/SC - Brasil

**RESUMO – Significados da Pragmática Linguística na Formação de Leitores.** O texto se propõe a analisar as possibilidades oferecidas pela pragmática linguística na qualificação de leitores, tanto de textos convencionais, quanto das novas formas textuais que os meios de comunicação oferecem. O público-alvo são os formadores de leitores, bem como todos os interessados em aperfeiçoar-se no ato de ler, em sentido amplo. Sob o ponto de vista teórico, utilizaram-se os aportes da pragmática linguística austiniana e de algumas ferramentas advindas da fenomenologia, sobretudo na forma praticada na pós-modernidade, sem se desviar do escopo do artigo, que é a formação de leitores.

Palavras-chave: **Formação de Leitores. Leitura. Pragmática Linguística.**

**ABSTRACT – Significations of Linguistic Pragmatic in the Formation of Readers.** Aims to analyze the possibilities offered by linguistic pragmatics in the improving of readers, both in conventional texts, and textual new forms that media offer. The target to be heated home is the readers' educators, as well as all those persons who are interested in improving themselves in the act of reading. Under theoretical point of view, austinian resources in linguistic pragmatics are used, as well as those of phenomenology, especially those performed in post-modernity, without to become distant of the aim of the article, that is, the formation of readers.

Keywords: **Reader's Formation. Reading. Linguistic Pragmatics.**

## Introdução

O tema deste artigo restringe a discussão da pragmática linguística estritamente ao que diz respeito à formação de leitores. O conhecimento da própria pragmática deverá ser buscado em outros espaços e estudos. O objetivo do artigo é mostrar o papel da pragmática linguística na urdidura da formação de leitores, ou seja: evidenciar a pragmática linguística como um dos fios que tecem a complexa trama da formação de leitores. Na primeira seção fazemos um brevíssimo histórico, remontando ao que se denomina *virada linguística*, por se tratar da origem da possibilidade discursiva em torno da pragmática linguística. A seguir, estudamos a linguagem com sua conotação de ação, expondo esta estreita ligação, que se configura central na pragmática.

Na penúltima seção, discutimos a historicidade do ato de ler, buscando mostrar o quanto autor e texto são movimento, não se petrificando nunca como peças estáticas. E, finalmente, a última parte nos coloca ante as condições contemporâneas de sermos leitores, face aos novos meios de comunicação, ante os efeitos da microeletrônica e os hipertextos. Esperamos, com isto, contribuir na formação de formadores de leitores e na formação de leitores também. A perspectiva teórica que aqui adotamos não é purista: operamos com conceitos da pragmática linguística austiniana e nos servimos, sempre que necessário de recursos teóricos da fenomenologia, bem como da hermenêutica, justo porque orbitam no eixo da filosofia da linguagem e, com isto, concorrem para alcançar o objetivo central proposto.

## A Pragmática Linguística na Esteira da Virada Linguística

A palavra *pragmática*, sob um olhar rápido, parece remeter-nos a algo muito sólido, prático, eficiente e efetivo. É difícil, também, encontrar neste conceito a fluidez natural da semântica ou a diversidade muitas vezes até surpreendente da sinonímia. Contudo, detendo-nos com mais vagar sobre o conceito de pragmática linguística acabamos por nos dar conta de que seu desenvolvimento histórico nos levou para sempre mais próximo da transparência, da fluidez, da ambiguidade, e até mesmo da opacidade do sentido da linguagem. Numa palavra, nos lançou no âmagio do *mundo da vida*, tal como o entendeu Husserl na fenomenologia, desde o fim do século XIX e início do século XX.

A abordagem da linguagem mudou com o passar dos tempos. Antes da mudança da linguística tradicional, as proposições eram analisadas pelos critérios de verdade ou falsidade e com a teoria dos performativos de Austin houve uma redimensionada nos estudos linguísticos [...] passaram a ser considerados os fatores externos: sujeitos (falantes e ouvintes) e as condições de produção na constituição dos sentidos dos enunciados (Rangel, 2004, p. 1).

Wittgenstein, que representa um ponto inicial do que se conveniou chamar *virada linguística* (*linguistic turn*, em inglês), em sua pri-

meira fase, a do *Tractatus Logicophilosophicus* (2001), buscou seguir o caminho que julgava o mais sólido, na tentativa de alcançar a precisão proposicional da matemática. Frege e Bertrand Russel, mantidas suas particularidades, também seguiram por esta via. Quanto a Wittgenstein, tornou-se o mais rigoroso crítico de Wittgenstein, numa fase posterior ao *Tractatus*, a das *Investigações Filosóficas*, quando adotou uma postura teórico-filosófica face à linguagem, muito mais consentânea com a mobilidade e a instabilidade da própria vida, ao assumir a perspectiva linguística do que denominou *jogos de linguagem*. O jogo tem regras fixas, rígidas, mas não se alcançam resultados sem a criatividade, a invenção, a surpresa, sem a subversão constante dos lances. Foi a partir das *Investigações Filosóficas* que se diluiu a convicção de que havia uma relação simétrica entre linguagem, pensamento e mundo (Rangel, 2004, p. 3). Linguagem, pensamento e razão, na verdade, não implicam correspondência imediata. A tradicional busca da verdade no texto, no discurso, na fala, na palavra, pela via da lógica formal perdeu seu *status* privilegiado. Wittgenstein descobriu que o sentido das palavras se vincula à complexa rede de seus usos. Lentamente, a partir de Wittgenstein, através de muitos filósofos-linguistas que o sucederam na história da filosofia – agora *filosofia da linguagem* – partiu-se para o entendimento de que o mundo que há é o mundo que está na linguagem. De Jacques Derrida (1973), filósofo que afirma que “[...] não há nada fora da linguagem [...]”, a Humberto Maturana (biólogo) que diz: “Nós seres humanos existimos na linguagem, e quando usamos linguagem nada podemos dizer fora da linguagem” (1995, p. 2), passou-se a entender que não há nada fora da linguagem, ou seja, tudo o que se tem como realidade objetiva é o que sujeitos podem *dizer*. E Austin levará adiante e muito adiante as consequências desta descoberta wittgensteiniana em *To Do Things With Words*, traduzido para o português como *Quando Dizer é Fazer: palavras e ação* (1990).

Na travessia racionalista multissecular que fizemos, até a alta modernidade, nos habituamos a entender que o objeto de nosso conhecimento está fora de nós, afastado de nós. Daí a designação de *objeto* atribuída a tudo quanto se torna de interesse de nosso conhecimento. Em latim, *ob+jactare* deu origem ao termo *ob-jeto*, ou seja, etimologicamente significa aquilo que está afastado, à nossa frente. Ou, literalmente, aquilo que está jogado (*jactare*) diante e para frente de nós, movimento indicado pelo prefixo latino *ob*.

Curiosa e coincidentemente, dois grandes eventos ocorridos muito próximos no tempo, marcam uma ruptura no pensamento ocidental que possibilitou pensar a relação entre sujeito e objeto, no processo do conhecimento, de forma inteiramente nova, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento são alçados a outro nível, ou seja: o da *intersubjetividade*. Os eventos aludidos são, por um lado, a *virada linguística* inaugurada por Wittgenstein e o emergência da fenomenologia husserliana, por outro. Estes dois campos filosóficos, muito diferentes em seus objetivos primários, acabam confluindo fortemente na ressignificação da lin-

guagem. Depois da virada linguística inaugurada nas primeiras décadas do século XX e da fenomenologia cuja elaboração se iniciou no final do século XIX, ganhando sua força já nas primeiras décadas do século XX, determinam também a configuração de um novo quadro em que vão situar-se, daí por diante, quaisquer leitores de quaisquer textos, sob quaisquer formas. Ao invés de *sujeito* e mero *objeto*, como os entendera Descartes (*res cogitans* X *res extensa* – ser pensante X coisa pensada), a partir daí teremos a relação *sujeito* X *sujeito*, isto é, uma relação *inter-subjetiva*. O que há, são *sujeitos* diferentes que travam algum tipo de relação. Leitor e texto são, assim, ressignificados.

Neste sentido, na visão tradicional, o texto é algo que está diante do leitor – jogado para frente – para ser iluminado pelo ato racional da leitura. Assim, podemos perguntar:

- Que relações se estabelecem entre leitor e texto?

Uma visão moderna, fiel à grande tradição iluminista, a relação entre leitor e texto é a da iluminação pela racionalidade (iluminação do texto). Portanto, seria o leitor quem exerce o papel de desentranhar o sentido do texto, numa ação unilateral, pois ele é a *res cogitans* (o ser pensante) cartesiano. O texto seria mera *res extensa* (a coisa que tem extensão – mero *objeto*). Assim, o mestre orienta o leitor aprendiz a *descobrir*, nos textos lidos, o *sentido verdadeiro* e a desviar-se das possíveis interpretações não verdadeiras.

A nova postura pedagógica na relação entre discente e docente, entre leitor e texto, resultante da nova *Weltanschauung* (mudança) desencadeada pela virada linguística e pela fenomenologia redistribuiu a produção de significações entre os sujeitos, que são, agora, apenas *diferentes*. Já não se sustenta mais o entendimento de uma relação *sujeito-objeto*, pura e simples, em que o pretense *objeto* é *surdo, mudo*, destituído de qualquer aspecto ativo.

Isto me leva a acompanhar Jorge Larrosa na seguinte perspectiva:

Todo texto é apenas um “[...] prelúdio de um outro escrito inexistente [...]” e “[...] todo texto é um prólogo (ou um esboço) no momento em que se escreve, e uma máscara mortuária alguns anos depois, quando não é outra coisa a não ser figura já sem vida dessa tensão que o animava” (Larrosa, 1996, p. 132), pelo que se torna difícil explicar as intenções iniciais de qualquer texto que se produziu. A leitura tem a ver com a subjetividade do leitor, com aquilo que ele sabe, *mas também com aquilo que ele é*. O sujeito leitor, por sua vez, não tem o único papel por ele desempenhado no ato de ler, senão que ele mesmo é *tomado* pela leitura, é *tomado* pelo texto, porquanto a leitura é algo “[...] que nos forma (ou nos de-forma e nos trans-forma), como algo que nos constitui ou nos põe em questão naquilo que somos” (Larrosa, 1996, p. 132). Nisto, fica patente o apagamento do sujeito, o apagamento do autor que mencionamos no início –, um modo pós-moderno de perceber o sujeito, inserido numa filosofia da linguagem, diversa da filosofia da consciência em que o sujeito se autoinstitui na objetividade, fruto da objetivação

racional, como no *cogito* (eu penso) cartesiano. Ao longo de todo este texto poderemos constatar esta nova maneira de sentir, este novo olhar que não é o do sujeito autossuficiente, autoinstituído, mas sim, o sujeito que *se constitui e é assujeitado* na leitura, até pelo próprio texto que lê, em que a leitura como formação se torna formação como leitura, um processo reversível: o que somos como leitores é constantemente posto em questão pela leitura. Depois da leitura sabemos algo que não sabíamos, temos algo que não tínhamos, somos algo que não éramos, o que revela a contingência do sujeito que lê: a um tempo sujeito, a outro assujeitado – sempre assujeitado (Brandão, 1994), o sujeito descentrado (Hall, 1997). O conhecimento que é produzido na leitura não se produz enquanto relação sujeito-objeto (leitor-texto), em que o sujeito está separado do objeto, numa relação dominante-dominado, como no caso do sujeito da ciência moderna e da tecnologia, em que aquilo que sabemos se mantém exterior a nós. Para ajudar a entender essa relação misteriosa que se trava entre texto e leitor, na leitura como formação, deixamos aqui registrada a citação do subtítulo de *Ecce Homo* de Nietzsche, tal como Larrosa citou, no original alemão: *Wie man wird, was man ist* - Como se chega a ser o que se é (apud Larrosa, 1995).

O que funciona na linguagem é um coletivo ao invés de um sujeito centrado e autoinstituído.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault, (1969/1987) nos diz que a verdade ou a causa das enunciações não deve ser procurada na unidade de um sujeito. Seguindo mesma direção G. Deleuze afirma “Não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação” (Deleuze, 1980/1995, p. 17). E acrescenta “A linguagem é dada por inteiro ou não é dada” (Deleuze, 1986, p. 65). Ou seja, a condição geral dos enunciados exclui a importância da subjetividade como agente e ponto de partida da linguagem (Tedesco, 2003, p. 85).

Desde o nascedouro e mais fortemente ainda na perspectiva pragmática austiniana, entendeu-se que a enunciação emerge das convenções e ritos sociais. O mundo dinâmico dos fatos empíricos se consorcia ao mundo da linguagem e daí brota a enunciação. Assim, o envolvimento do leitor com o texto é constituído em trama complexa. O *cogito* cartesiano que no caso em estudo pode ser substituído pelo *lego* (eu leio) ou *eu falo* subsiste apenas enquanto negociação entre leitor e texto. A leitura é um ato negociado, portanto, e não um ato absoluto. O efeito da leitura resulta dessa negociação onde a trama do *eu* negocia com a trama do texto/da linguagem. Nem o *eu* nem o texto/linguagem são um *em si* a ser simplesmente acessado. Diz, ainda, Tedesco:

[...] existem momentos em que o processo de produção, no lugar de reproduzir-se no seu efeito, segue direções inusitadas, instala-se como criação, essa estranha modalidade de produção onde o produto diverge das condições de seu engendramento. Ou seja, em sua dupla natureza o elo en-

tre linguagem e subjetividade ora reproduz, ora inventa os dois termos do par (Tedesco, 2003, p. 85).

Portanto, nesse enlace que ocorre entre sujeito e texto/linguagem, tanto o sujeito-leitor, quanto o texto lido podem sempre estar em processo de invenção – é um acontecimento, pura e simplesmente. Este acontecimento pode virar celebração, comemoração, purgação, catarse, enleação, suplício, êxtase, gozo, libação... *ad libitum* (em latim: à vontade. Como quiser). Pois os signos são potência de realização, de produção de realidades. A marca criada por uma palavra é sentida. Muitas vezes é vista na expressão de quem a pronuncia ou de quem a lê, de quem a ouve, de quem a vê (no caso da língua *libras*, por exemplo). Isto é que é *performatividade*, como a entende Austin.

Sente-se, assim, o ato de ler como algo posto na voz ativa e na voz passiva simultaneamente. Na leitura, voz ativa e voz passiva são inseparáveis: se entrelaçam. O leitor está sempre entre o linguístico e o extralinguístico. Entre o dito e o não-dito. As circunstâncias são os pressupostos implícitos da linguagem, como querem Deleuze e Guattari, sem se confundirem (os pressupostos) com as palavras, contudo, determinando seu sentido pragmático, sua força ilocucionária, sempre produtiva. Assim, o sujeito torna-se *efeito de sujeito*, descentrado ao sabor da linguagem, ao sabor do texto. A ordem esperada dos fatos prolifera em novas significações, no decurso da leitura. Mais uma vez vemos, assim, os sentidos das palavras vazarem por todos os lados, segundo observação de Deleuze. É bom que o leitor se previna, pois as palavras, quando proferidas e se juntam em texto, em enunciação, são incontroláveis. Rompem qualquer fronteira prevista e planejada previamente pelo pretense sujeito-autor. Se, por um lado a linguagem é dispersão, por outro, como o vórtice, tem seus momentos de movimento de convergência. Mas é sempre movimento.

## Linguagem e Ação

Fica mais clara, agora, a proximidade/identidade entre *linguagem* e *ação*. A pragmática linguística, que aponta para a linguagem como ação (*pragma*, do grego), em seu desenvolvimento, sobretudo com Austin, foi englobando em seu campo os efeitos da linguagem, bem como os fatores socioculturais dos falantes da linguagem comum e as consequências da relação do falante com a linguagem/texto.

O campo da semântica é o das significações. O da pragmática é o campo da linguagem enquanto produz efeitos. Contudo, não se pode tomar a linguagem como algo cujos efeitos são automatismos. Não há uma relação imediata entre palavras e coisas. “Nenhum signo é idêntico a si mesmo no sentido absoluto do significado”, diz, Gadamer (1994, p. 23), e nem há “texto em si”. O texto é sempre *relação*. É uma relação com o leitor. Austin reconheceu amplamente esta relação. E se pensarmos especificamente no texto científico podemos também perceber como Thomas Kuhn (1992) tirou todas as consequências disto ao propor o

conceito de *paradigma* como sendo o modelo de verdade científica aceita por uma comunidade de praticantes da ciência, cuja permanência e continuidade depende estreitamente dessa mesma comunidade. Portanto, nem o texto científico foge à fluidez da *entourage* dos cientistas, de suas emoções, de sua história, de seus desejos, de suas tradições socioculturais. E como inspiração desta posição kuhniana, vale lembrar a obra de Ludwik Fleck que inspirou Kuhn, *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico* (2010), em que adota o *estilo de pensamento*, o *coletivo de pensamento* como conceitos ligados inteiramente à historicidade da produção dos discursos científicos por grupos de pessoas/cientistas – gente, portanto, com história, com crenças, com hábitos, com marcas culturais...

Com tudo isso posto, já começa a se evidenciar que, na formação de leitores, a compreensão da pragmática linguística vai significar a compreensão do funcionamento da linguagem enquanto produz efeitos, ou seja, a compreensão da estreita relação entre linguagem e ação. Passa-se a entender que é vão o esforço de compreender *a linguagem/o texto em si*, pois não há o texto em si. A plenitude do texto é sempre relação estreita entre linguagem e ação, entre leitor e texto.

O uso efetivo da língua é uma ação tipicamente humana, intencional e social. Sendo assim Austin tenta estabelecer critérios para definir o caráter *performativo* da linguagem. O *ato da fala* (*speech act*) tem poder de praticar ações. Dessa forma, Austin distingue os enunciados que constituem afirmações (constatativos) daqueles em que se realiza uma ação e os denomina de performativos.

Os performativos se dão pelo proferimento de algumas palavras suficientes para a realização de um ato, chamado *ilocucionário*. Exemplo: – “Eu declaro aberta a sessão. Dizer – “Eu declaro” é, em virtude de convenções, em certas circunstâncias apropriadas, de fato, abrir uma sessão legislativa, por exemplo. Vejamos outro caso:

Quando um sujeito fala (dentro de uma sala): – Hoje está frio! e alguém, neste caso, se dirige até a porta e a fecha, ocorre a performatividade provocada pelo ato de fala. Mesmo que o sujeito tenha dito que estava frio, não quis ordenar que se fechasse a porta da sala, mas o seu interlocutor, através da percepção do não-dito, do que estava implícito na fala, constituiu a sua compreensão e se dirigiu até a porta e a fechou. Neste caso, *dizer* e *fazer*, fala e ação exibem clara correspondência. Exemplos simples deste tipo podem ser levantados em profusão na literatura específica que trata da pragmática linguística.

Um enunciado constatativo é fácil de verificar em termos de verdade ou falsidade. Exemplo: – “Eu abro a porta” é um enunciado que tem critérios lógicos e fáceis de serem identificados. O efeito produzido não deixa dúvidas. Está claro no enunciado, e com facilidade o interlocutor compreende. Há, porém, muitas formas de linguagem/discurso cujo sentido só é acessado por, digamos, iniciados. Assim são as falas em cerimônias religiosas, assim é a linguagem jurídica, a linguagem poética

e, em infinitos casos, a linguagem cotidiana, onde não apenas as palavras, mas gestos, olhares, movimentos sutis, inflexões da fala, entonações, sons secundários que acompanham a fala, como um rápido pigarrear, um esboço sutil dos lábios que acompanha uma palavra e assim por diante (ao infinito), constituem as diferentes forças ilocucionárias da linguagem<sup>1</sup>. O leitor precisa estar atento a tudo isto e muito mais, na leitura, para que esta se possa revelar seus significados. A leitura é um ato agônico (*tó agón*, em grego, significa luta) entre leitor e texto. Não é, digamos uma relação *pacífica*, imediata. É uma relação inteiramente atravessada por fatores de ordem cultural, ética, estética, histórica, cultural, política, de crença, de convicções, uma relação determinada pelos pré-conceitos, ou seja, pelos conceitos que já antecedem o ato de ler, neste momento histórico, e pela ideologia. Hans-Georg Gadamer, em *Verdade e Método* trata com profundidade sobre os *pré-conceitos* que vão ser decisivos no ato de interpretar. Neste caso, também valem para direcionar o sentido pragmático do texto lido. Assim como não conseguimos entrar no espírito do leitor como entende Gadamer (1994), também não temos como entrar no *texto em si*. Ao entrar no texto, nos levamos a nós próprios com tudo o que somos. Contudo, não se deve confundir jamais leitor e texto. Um não é o outro. O leitor atento, porém, é capaz de perceber a força locucionária/ilocucionária/perlocucionária do texto em suas inflexões, na sua entonação, na sua prosódia, por assim dizer, sua onomatopeia, sua musicalidade, sua suavidade/aspereza, sua força de persuasão, sua fraqueza e tudo o mais.

Mantendo-nos fiéis ao propósito inicial do artigo: discutir a pragmática linguística estritamente no que diz respeito à formação de leitores, considero relevante ao menos mencionar duas críticas fundamentais feitas à distinção entre os conceitos de linguagem *enunciativa* e linguagem *performativa*. Em primeiro lugar, o próprio Austin, em seus últimos escritos, sobretudo na *VIII Conferência*, intitulada “*Atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários*”, que faz parte da obra *Quando é Dizer é Fazer: palavras e ação* levanta a questão dizendo: “Ao iniciarmos o programa de encontrar uma lista de verbos performativos explícitos, pareceu-nos que nem sempre seria fácil distinguir proferimentos performativos de proferimentos constatativos, [...]” (1990, p. 85). Austin fundamenta sua autocrítica, no entendimento de que os proferimentos meramente constatativos

[...] além de satisfazerem os critérios gramaticais para os performativos (pois são ambos redutíveis à fórmula F(P)), também satisfazem condições de felicidade, enquanto que os performativos, ao menos em seus pressupostos, também satisfazem condições de verdade. Isso sem contar uma supostamente instável vaguidade na noção de valor-verdade como condição de identificação de constatativos na linguagem originária (Costa, 1995, p. 32).

Esta atitude prudencial de Austin aponta para a trama do sentido das linguagens que nem sempre é fácil de desvendar/entender, mesmo

para leitores atentos, quando precisarão buscar aproximações outras, tais como linha de pensamento do autor lido/ouvido/visto (no caso do recurso à Língua Brasileira de Sinais ou correspondentes estrangeiras), contextos político, econômico, histórico etc., para uma achega melhor ao sentido do que é *dito*. Em outras palavras, o próprio Austin esmaece qualquer caráter de rigidez nessa distinção.

Por sua vez, Derrida, em sua compreensão da linguagem mantém muitos pontos de convergência com Austin e outros tantos pontos de divergência. Considera que os *atos de fala* se dão sempre num contexto em que se deve levar em conta a intenção do sujeito falante, pois esta pertence sempre à totalidade de seu ato ilocucionário (Derrida, 1991). Não importa, pois, qual seja o texto, se literário, se científico ao modo das ciências clássicas, ou poético etc., a intenção de autor está sempre presente e não pode ser capturada por nenhuma *gramática* puramente objetiva<sup>2</sup>.

### Historicidade do Ato de Ler

Deleuze (1992) diz que o sentido das palavras vaza, ou seja, jamais se deixa “prender” numa única possibilidade de sentido/efeito. O sentido é estudado na semântica e o efeito, na pragmática. Os efeitos do texto, da linguagem dependem estreitamente de todos os fatores que já assinalamos e de muitos que não assinalamos. Nada garante uma relação direta entre signo e significado. Do mesmo modo, o efeito final das palavras também é sempre imprevisível. Foi Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, quem recomendou que não se pergunte pelo sentido das palavras mas, sim, por suas condições de uso. Texto e condições de uso X leitor e suas condições – esta é a dinâmica que se estabelece na leitura. Nem só o texto é um *em si*, nem o leitor. Leitor e texto se encontram “em condição”. E tal ou qual *condição* determina o *efeito* da leitura. Esta é, na verdade, uma mirada fenomenológica: não há mundo *em si*, mas há, sim, mundo *em condição*. Sartre dizia *Être em Situation* (Estar em Situação), que corresponde a *estar em condição*. Não foi este o caminho seguido em Wittgenstein, mas “condições de uso” remetem a contexto complexo: social, econômico, político, ideológico etc. Portanto, ler um texto é lê-lo *em situação*. Não há, seguramente, um *leitor em si*, ou seja, um leitor transcendental, fora do tempo e do espaço. Em outras palavras: um leitor a-histórico. Todo leitor é histórico. Isto faz a diferença quando se pensa na concepção de leitor, de leitura e também na formação de leitores. Estar-se-á sempre lidando com a historicidade, com a contingência. Neste sentido, o próprio texto *progride* com o leitor. Caminha na história com o leitor. Gadamer é o grande mestre que nos ensina que não se compreende a obra de arte ou o documento, o texto fora de nossas próprias condições históricas. A história é efetual, ou seja: não é neutra, mas atua, exerce efeito sobre o intérprete (no caso específico da hermenêutica) – sobre o leitor, em nosso caso, no contexto da pragmática linguística. Usando, ainda, o paralelo que fizemos entre “as condições de uso” das palavras/do texto a que se reporta Wittgens-

tein e a “condição”/ “situação” do leitor, da fenomenologia, há que se ter em conta que leitor e texto, sob este olhar, estão em permanente devir. Isto determina que nem o leitor, nem o texto jamais estarão *prontos*, definitivos. Leitor e texto são movimento. Formar leitores é formar leitores em movimento histórico (entendendo-se esse *formar* como auto e hétero-formar). O mesmo texto lido pela mesma pessoa em tempos diferentes resultará, necessariamente, em leituras diferentes. A força ilocucionária do texto será diferente em tempos e em espaços diferentes, em sínteses: em condições diferentes, em situações diferentes. Portanto, o ato de ler é um ato histórico, pregnante de sua historicidade. Diz Rangel (2004, p. 11):

Dentro do pensamento austiniano, percebe-se que o contexto em que as palavras estão inseridas, bem como as condições de produção são determinantes para a significação do enunciado, reforçando a importância dos elementos extra-lingüísticos (sic!) como constitutivos do sentido e o fato de que este, como efeito sobre o interlocutor, “pode ocorrer à revelia de uma intencionalidade e ser outro” (Zandwais, 2002, p. 110).

Pelo que decorre do texto de Rangel, que interpreta Austin, percebe-se que, além das condições de produção, também integra a dinâmica que se estabelece na leitura, entre leitor e texto, a dialética entre o consciente e o inconsciente do sujeito (leitor). Portanto, todos os elementos extralinguísticos compõem, junto com os elementos linguísticos, aquilo que se denomina *leitura*. Decorre, também, que a denominada *formação de leitores* não diz respeito somente à ação consciente de um sujeito formador, nem, igualmente, de um formando consciente. Na verdade, uma trama de elementos linguísticos se estabelece, elementos subjetivos conscientes e inconscientes que atuam na constituição do ato de ler. O sujeito não é anterior ao ato verbal, mas incorporado por ele, segundo Benveniste (2005). “Hoje é cada vez mais convincente a noção pragmática de que o contexto de um acto de fala não é uma ‘grelha estável’ mas sim um ‘processo interactivo contínuo’” (Marquilhas, 2005, p. 3). Texto e leitor estão em constante movimento. Pelo que, formar leitores é formar para a compreensão do movimento histórico em que texto e leitor se veem envolvidos em toda leitura. O texto não é rígido. É plástico. O leitor não mantém sua identidade fixa: é constantemente “assujeitado”, (usando uma expressão típica de Bourdieu), inclusive pelo texto. O assujeitamento é produto da *interpelação* a que se refere Althusser. “A tese de Althusser é a de que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Silveira Filho, 2005, p. 2). E se quisermos acompanhar o pensamento deste autor, neste texto, podemos fazer a inversão dizendo: “[...] a ideologia interpela os *sujeitos* como *indivíduos*” (Silveira Filho, 2005, p. 2, grifos do autor). De qualquer forma, não há como escapar à ideologia do texto, nem da ideologia do leitor. Esta é a dinâmica da leitura: leitor e texto em permanente situação agônica, instituindo-se e destituindo-se constantemente. Formar-se como leitor é, de alguma forma, aprender a andar nas alturas acostumado às me-

nores e às maiores vertigens sem se perder. É aprender a andar na corda bamba do texto. É aprender a surfar nas ondas do texto. E onda é contínuo movimento, surpresa, inventividade, pluralidade de formas que tantas vezes mexe com a adrenalina do surfista (ou... faz cochilar – e por que não?). Por outro lado, formar-se como leitor é, também, construir a capacidade da admiração que nunca esmorece.

Trouxemos o conceito de *interpelação* althusseriano justamente pelo ingrediente de inconsciente que Althusser (1970) lhe atribui e que foi buscar na psicanálise. Nem tudo é consciente, como já dissemos alhures, na relação leitor-texto.

### **Do Texto ao Hipertexto: um novo texto e um novo leitor**

Quando pronunciamos a palavra *texto*, hoje, seu sentido certamente ganha uma abrangência extraordinariamente mais ampla. Pois, com a emergência da microeletrônica a possibilidade da produção, difusão e expansão do texto ganhou dimensões nunca dantes suspeitadas. Dadas estas novas condições, a formação de leitores ampliou seu campo. As novas linguagens que os novos meios de comunicação fizeram e fazem emergir demandam novos conhecimentos no campo da pragmática linguística. Basta um breve contato com as redes sociais que surgiram na internet para descobrir um mundo linguístico com um funcionamento *sui generis*, com formas e estruturas de expressão há bem pouco tempo sequer suspeitadas. Em face disto, a formação de leitores não pode mais ignorar a dinâmica que conduz tais formas de linguagem, sob pena de caminhar à margem da vitalidade linguística que conduz novos *falares* de milhões de pessoas que, mais que nunca, tornam a linguagem em geral tanto mais dinâmica, fluida e mutante. Sobretudo os formadores, nos tornamos aprendizes permanentes, no rastro das novas linguagem, em busca de sua melhor compreensão e uso. Além disto, o campo da imagem ganhou, contemporaneamente, um espaço e um sentido extremamente ampliado, desde os desenhos infantis aos jogos eletrônicos e em mil outros meios, quando dominar a linguagem imagética se tornou uma demanda e um desafio muito amplo e complexo. Abriu-se um imenso campo de leitura de imagens em que a pragmática é uma das vias de abordagem indispensável para entender seu complexo funcionamento na produção de sentidos, sob formas inteiramente novas.

Preto (2001, p. 161) se reporta ao “[...] surgimento de novas linguagens a partir da aproximação das novas tecnologias [...]”. Pois, então, para novas linguagens, novos textos e novos leitores. O mesmo autor se refere, ainda, a um “imbricamento” entre ser humano e máquina, em que *téchne* e *lógos* se entrelaçam na mesma tarefa, na qual a *téchne* é o *fazer* e o *logos* é a *razão*. Nunca razão e técnica estiveram tão entrelaçadas como nesta era da informática em seus múltiplos recursos, todos já ao sabor da microeletrônica. O hipertexto é um espaço aberto, sem margens e sem fronteiras, como diz Bolter (apud Marcuschi, 2001, p. 82).

Nele pode atuar tanto um sujeito solitário quanto um grupo de pesquisadores ou mesmo uma rede de pesquisadores, de escritores, de poetas, de estudantes, de professores ou seja lá quem for que queira e possa se engajar. Tempo e espaço tradicionalmente entendidos nada mais significam, ou talvez se deva dizer que significam muito menos do que já significaram: o tempo e o espaço se encolheram. O hipertexto está ao alcance da mão, dos olhos, dos ouvidos, dos dedos, onde quer que estejamos e quando quer que estejamos em algum espaço determinado. Nada disto importa. O texto, tanto pode ganhar a forma geométrica convencional como pode, também, ganhar a forma difusa dos fractais. Tanto pode seguir uma lógica formal quando pode ser conduzido por uma lógica difusa. Se esta condição já existia no texto convencional, com os atuais meios de comunicação o texto ganhou velocidade, a informação corre em tempo real para qualquer espaço, deslizando nas ondas ciberespaciais. Passamos a ser leitores de acontecimentos em tempo simultâneo com seu acontecer. Somos novos leitores e somos também novos produtores de textos. Novos tipos de enunciados são agora possíveis e sua forma foge dos enunciados convencionais. Não há mais disponível o mesmo tempo que fluía lento antes da idade dos computadores e de todos os artefatos tecnológicos congêneres.

Diante deste brevíssimo quadro, fica patente que leitor e texto entraram definitivamente em outra dimensão. “Com isso são os sentidos e o cérebro que crescem para fora do corpo humano, estendendo seus tentáculos em novas conexões cujas fronteiras estamos longe de poder delimitar” (Santaella, 1997, p. 41-42). Agora nossa capacidade de lidar com o aleatório e com o complexo, com lógicas difusas necessita ser aperfeiçoada. O texto que desde sempre nos subverteu, sempre *vazou*, agora se tornou ainda mais derrapante e escorregadio, transbordando pelas fronteiras apagadas do hipertexto, ou seja, do texto que pode, a todo tempo se expandir ou se encolher, se embaralhar com a facilidade de um toque do tipo *Enter*, *Control+Alt+Del*, em infinitas combinações de breves *cliques* que rearranjam, juntam, separam, mutilam, acrescentam, colorem, aumentam, colorem, reformam, deformam... o texto.

Não há mais por que esperar para ler o texto. Em tempo real pode-se produzir e ler textos, enquanto tempo e espaços se encolheram e podem ser acessados à velocidade da luz. Novas e surpreendentes formas de textualidades emergem, em que escritores e leitores produzem e consomem com uma velocidade mirabolante. Tempo e espaço não são mais limitadores para acessar a milhares de documentos secretos, nesta quadra do século XXI e já antes dela, com o advento da informática. A palavra *documento secreto* ganhou outra dimensão depois do WikiLeaks de Julian Assange. Espionagem sempre houve; mas agora ganhou nova dimensão (planetária). *E-mail*, *e-books* e uma infinidade de recursos novos estão disponíveis num único lugar – seja o computador, seja o telefone celular e tantos outros artefatos da cultura deste nosso tempo.

Não interessa, aqui, nem o mérito, nem a exiguidade do tratamento desta importante matéria, até mesmo pelo diminuto espaço que este

artigo deve ocupar. Importa, sim, entender que os caminhos formativos de leitores ganharam novos e inusitados rumos. Texto e leitor ganharam sua expansão praticamente sem nenhuma fronteira fixa. Acompanhamos, neste sentido, Nelson de Luca Pretto, adrede citado, ao chamar para a arena epistemológica deste novo cenário “[...] as teorias do caos, dos fractais, da complexidade e das estruturas não lineares” (2010, p. 161). E a tarefa de formar os novos leitores se coloca desde a família, as escolas infantis, fundamentais, médias e superiores, enfim, em todos os níveis. A gramatologia, a semântica, a sinonímia, a semiótica, a pragmática... ganharam novas dimensões. Mesmo assim entendemos que tudo quanto se disse com propriedade sobre a formação de leitores até o presente não se perdeu, entendemos, também, por outro lado, que muito se tem já dito e muito se há de dizer sobre a formação de leitores face ao mundo da informação que emergiu no século XX, ganhando, a cada dia, maior velocidade e expansão no século XXI. A mídia impressa migra a cada dia com mais amplitude para a *Web*. O acesso à informação, ao texto se torna a cada dia mais próximo. E malgrado os portais que, com todas as suas qualidades de excelência são denominados por André Lemos de *Portais-currais*, que “[...] configuram-se como estrutura de informação (conteúdo) que nos tratam como bois digitais forçados a passar por suas cercas para serem aprisionados em seus calabouços interativos” (Apud Pretto, 2001, p. 168), ainda assim, agora, o acesso ao texto e sua relação com ele se expandiu em um âmbito de infinitude. Pois não há mais limites para o hipertexto. Concomitante, expande-se o campo da formação de leitores e expande-se também o *efeito* do texto, que é justamente o campo da pragmática. Abre-se, neste sentido, um campo extremamente amplo para os estudos da pragmática linguística, mercê das novas formas de veicular linguagens que fazendo uso dos meios modernos de comunicação, imprimem novos modos de performatividade.

## Conclusão

A virada linguística que remonta a Wittgenstein, passando, em tempos posteriores, por tantos linguistas importantes, como Austin, Searle, O. Ducrot, H. P. Grice, só para citar alguns, tornou possível a compreensão da linguagem como algo que mais do que apenas informar, produz efeitos práticos. As consequências da virada linguística em geral e da emergência da pragmática em particular são muitas. Uma delas, certamente uma dentre as menos perceptíveis e discretas é a influência sobre as condições de formação de leitores – tema deste artigo. A literatura que versa sobre a matéria é escassa. No entanto, é imponderável o valor da abordagem: todos precisam tornar-se leitores eficientes. E *leitura*, nestes tempos pós-modernos ganhou um sentido muito e muito mais amplo. O *texto* deixou de ser apenas o texto escrito. Um monumento é texto. Uma obra de arte é texto. A semiótica, a semântica, a pragmática, ganharam espaços de reflexão muito maiores. E as aptidões dos leitores necessitam expandir-se para dar conta do texto

lido (em sentido amplo). A linguagem comum se derramou em espaços nunca imaginados antes da emergência dos atuais meios de informação, nos últimos 50 ou 60 anos – talvez bem menos que isto. Os efeitos da linguagem são potencializados, dinamizados e expandidos pelos novos meios. A pragmática linguística se impõe como uma necessidade na formação de leitores de nossos tempos. No campo educacional, sobretudo nas licenciaturas, há urgência quanto a estudos de pragmática.

Foi certamente necessária a etapa por que passou a virada linguística do primeiro Wittgenstein do *Tractatus logicophilosophicus* para que o campo linguístico adquirisse mais rigor nos proferimentos. Frege e Bertrand Russel, entre outros, também foram importantes para levar a linguagem assentar-se em bases mais rigorosas: tão rigorosas que já Wittgenstein mesmo se tornou seu próprio crítico, ao testar a linguagem com os conceitos da rigidez de inspiração matemática com que havia estabelecido suas bases. Apercebeu-se em tempo de que seu objeto de estudo possui a complexidade de sentidos que os conceitos matemáticos, à luz dos quais pensava em erigir a linguagem filosófica não conseguia expressar ou captar, optando pelo conceito de *jogos de linguagem* – bem mais flexível, maleável e mais próximos à vida que aqueles do *Tractatus*.

Assim, o leitor contemporâneo, levados em conta todos os avanços dos estudos linguísticos pós-Wittgenstein, que fizeram emergir a pragmática linguística, dispõe de um campo de excelência para aprimorar-se na prática da leitura. A relação leitor-texto já não pode mais ser reduzida à ideia de um sujeito portador da iluminação que torna compreensível este último (o texto). A relação leitor-texto pode ser revertida para texto-leitor, à vontade. Texto já não pode mais ser entendido simplesmente como o “objeto” a ser conhecido. O texto ganhou o *status* de alteridade intersubjetiva com o leitor. Ora o leitor *ilumina* o texto, ora o texto *ilumina* o leitor ou, certamente, ambas as coisas acontecem o tempo todo, na leitura. Nem, tampouco, o texto se esgota na leitura. Pelo contrário, a leitura expande a compreensão que acaba remetendo a novo texto e o texto fixado pela tradição escrita ou oral pode tornar-se máscara mortuária, cuja face originária se perde. Perdendo-se, porém, também pode ser reencontrada. A leitura se coloca na dinâmica formativa, informativa, reformativa, deformativa, numa dinâmica sem fim.

Os meios tecnológicos avançados da comunicação aceleraram em muito a velocidade do texto. O texto ganhou outros espaços, como o espaço virtual e em superabundância. Assim, somos, agora, leitores de um novo mundo, cujas perspectivas futuras mal podem ser vislumbradas, tamanha a rapidez de seu desenvolvimento. A pragmática linguística se constitui em ferramenta muito contemporânea para que os leitores de hoje possam estabelecer aproximações mais eficazes às diferentes textualidades, sempre mais dinâmicas.

Este estudo exíguo e desprezioso tem apenas o objetivo de levantar o problema que merece mais atenção dos linguistas/educadores. Num país em que a leitura ganha significativo espaço, inclusive mercê

dos novos meios de informação, parece ser este um campo promissor na formação das atuais e futuras gerações de leitores.

Recebido em 22 de junho de 2011  
Aprovado em 26 de fevereiro de 2012

## Notas

1 Não tem, este breve artigo, a finalidade de expor teorias da linguagem, nem a de desenvolver a teoria de J. L. Austin. Limita-se a discorrer sobre conceitos mínimos que levem os leitores a perceber o papel da pragmática linguística para a formação de leitores. O conhecimento teórico da pragmática linguística em suas diferentes vertentes deverá ser buscado em estudos específicos, de Ludwig Wittgenstein a John Langshaw Austin, a J. R. Searle, a Paul Grice e numerosos outros autores/filósofos/linguistas.

2 O leitor ou leitora interessado(a) nos temas críticos aqui abordados brevemente poderá buscar aprofundamento em vasta literatura específica, tanto no que diz respeito a Austin (últimas obras), quanto a Derrida ou Benveniste que aqui apenas foi tangenciado do ponto de vista de sua crítica a Austin. Indico apenas algumas fontes: OTTONI, Paulo Roberto. Semelhanças entre *uptake* e *trace*: considerações sobre tradução. *DELTA*, São Paulo, v. 13 n. 2, ago. 1997. COSTA, Claudio F. Revendo a distinção constativo/performativo. *Princípios*, Natal, a. II, n. 3, p. 32-46, jul./dez. 1995. KUNZ, Júlio; STUMPF, Elisa Mrchioro. Constativos e performativos: Austin e Benveniste sobre os atos de fala. *Anais do SITED – Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso*. Porto Alegre, set. 2010. P. 277-282. Benveniste desenvolveu sua crítica a Austin sobre tudo em *Problemas de linguística geral I*, no capítulo intitulado *A Filosofia Analítica e a Linguagem* (2005).

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 127 p.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando Dizer é Fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005. 387 p.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: UNICAMP, 1994. 96 p.
- COSTA, Claudio F. Revendo a Distinção Constatativo/Performativo. **Princípios**, Natal, v. 2II, n. 3, p. 32-46, jul./dez. 1995.
- DELEUZE, Gilles. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 279 p.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973. 386 p.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y Método II**. 2. ed. Salamanca: Sígueme, 1994. 429 p.
- HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. 102 p.
- KUNZ, Júlio; STUMPF, Elisa Mrchioro. Constativos e Performativos: Austin e Benveniste sobre os atos de fala. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO – SITED, setembro de 2010. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC-RS, 2010. P. 277-282.
- LARROSA, Jorge. **Literatura, Experiência e Formação: uma entrevista de Jorge**

Larrosa, para Alfredo Veiga-Neto, [S. l.], em julho de 1995. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996. P. 133-161.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O Hipertexto Como um Novo Espaço de Escrita em Sala de Aula. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 79-111, jan./jul. 2001. Disponível em: <[http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v4n1/f\\_marcuschi.pdf](http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v4n1/f_marcuschi.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2010.

MARQUILHAS, Rita. Conceito de Pragmática Linguística na Mise-en-Page do Texto Escrito. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura Letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado das Letras, 2005. Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/equipa/rmarquilhas/LINK4.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2010.

MATURANA, Humberto. **A Natureza do Tempo**. São Paulo: Instituto de Terapia Cognitiva (Ed.), 1995. [Tradução não publicada de Ireneo Antônio Berticelli]. Acessado pela internet em 27 nov. 2005. Não está mais disponível. [Trad: Não publicada de Ireneo Antônio Berticelli].

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce homo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. 111 p.

OTTONI, Paulo Roberto. Semelhanças Entre Uptake e Trace: considerações sobre tradução. **DELTA**, São Paulo, v. 13 n. 2, p. 315-319, ago. 1997.

PRETTO, Nelson De Luca. Linguagens e Tecnologias na Educação. In: KUENZER, Acácia Zenaida et al. **Cultura, Linguagem e Subjetividade no Ensinar e Aprender**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 190 p.

RANGEL, Eliane de Fátima Manenti. Uma Nova Concepção de Linguagem a partir do Percurso Performativo de Austin. **Revista Letra Magna - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, Porto Alegre, ano 01, n. 1, seg. sem. 2004. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/elianedefatimamanentirangel.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

SANTAELLA, Lúcia. O Homem e as Máquinas. In: DOMINGUES, Diana. **A Arte no Século XXI**: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP, 1997. 374 p.

SILVEIRA FILHO, Paulo Argemiro. **A Interpelação Ideológica**: a entrada em cena da outra cena. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/5.97.1.htm>>.

Acesso em 15 dez. 2010.

TEDESCO, Sílvia. A Natureza Coletiva do Elo Linguagem-Subjetividade. **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-89, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n1/a11v19n1.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2003.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 294 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 222 p.

**Ireneo Antonio Berticelli** é professor do Programa de Mestrado em Educação e de cursos de graduação. Membro da Área de Ciências Humanas e Jurídicas, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó/Santa Catarina. E-mail: [ibertice@unochapeco.edu.br](mailto:ibertice@unochapeco.edu.br)

**Daniela Paula Schiavini** é pedagoga formada no curso de Pedagogia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó/Santa Catarina, com curso de pós-graduação em nível de especialização em Psicopedagogia. E-mail: [danischia@unochapeco.edu.br](mailto:danischia@unochapeco.edu.br)